

# Concluído o acordo com

GAZETA MERCANTIL

8 SET 1986

por Paulo Sotero  
de Washington

Sem o Mellon Bank, de Pittsburgh, Pensilvânia, que se recusou a renovar sua linha de crédito interbancário de US\$ 46,6 milhões, foi fechado e entrou em vigor na noite da última quinta-feira o acordo de renegociação parcial da dívida externa concluído no início deste ano com 750 bancos credores do País. Ao ser assassinado na sexta-feira, o acordo, que envolve a renovação de um total de cerca de US\$ 31,5 bilhões em compromissos de curto e longo prazo, contava com a participação de bancos credores de 98% dos vencimentos de 1985 e 1986, perto de 97% das linhas de crédito comerciais e de 95%, o mínimo indispensável, das linhas interbancárias.

Em cerimônia realizada em Nova York, o acordo foi subscrito pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, por William Rhodes, chefe do comitê coordenador dos bancos credores, e por numerosos banqueiros.



William Rhodes

A efetivação do acordo, no qual o Brasil conseguiu uma redução substancial da taxa de risco sobre os vencimentos de 1985 e 1986, abre o caminho para o reescalonamento plurianual da dívida externa, uma operação de maior fôlego, que as autoridades econômicas desencadearam, na prática, já nesta semana, durante a visita do presidente José Sarney a Washington.

De acordo com fontes do governo americano e dos

bancos credores, o sucesso da operação dependerá, inicialmente, de um entendimento entre o governo brasileiro e seus credores do Clube de Paris.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, viajam nesta semana dos Estados Unidos para a Europa, para prosseguir os contatos que iniciarão em Washington com os governos dos países industrializados. Esses contatos e as conversações preliminares com os credores devem prolongar-se até a reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, no final do mês, em Washington.

A efetivação do acordo parcial de renegociação chegou a estar em dúvida e só foi assegurada depois que o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, trabalhando em contato permanente e com o apoio do Citibank, assegurou a participação de vários dos pequenos bancos americanos que haviam adotado atitude semelhante à do Mellon em relação às linhas interbancárias.

A adesão do Bank of Virginia, do Long Island Bank e do National Bank of Atlanta, da Geórgia, foi mencionada entre as que mais contribuiram para convencer os recalcitrantes a mudar de posição.

O Mellon Bank, que condicionara inicialmente sua participação no acordo a receber os empréstimos da Resolução 63 que fez para um dos bancos liquidados pelo governo no ano passado, acabou assinando os empréstimos de longo prazo e assumiu o compromisso de renovar as linhas de crédito comerciais. Mas recusou-se a fazer o mesmo em relação às linhas interbancárias.

Diante disso, Seixas, provavelmente o servidor público que mais trabalha no Brasil, teve de fazer o percurso mais longo para colocar o acordo em vigor e compensar, com a adesão de vários bancos pequenos, a ausência do Mellon, o décimo primeiro banco dos EUA.

A Argentina pretende seguir o exemplo do México e vai propor ao Fundo Monetário Internacional um acordo que proteja sua economia contra as flutuações dos preços dos cereais, responsáveis por 80% das receitas de exportações do país.